

Educação Popular e transformação social¹

Lourdes de Fatima Paschoaletto Possani²

A Educação Popular, pensada como construção coletiva de um conhecimento, tem por finalidade a construção de um projeto novo de sociedade e, para explicitar este conceito, tomamos como referência dois autores: Carlos Rodrigues Brandão e Luiz Eduardo W. Wanderley.

Para Brandão (1984) Educação Popular é “em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como um instrumento de conscientização” (p. 74). Wanderley (2010) nos aponta a Educação Popular como aquela que “constitui uma prática referida ao fazer e ao saber das organizações populares, que busca fortalecê-los enquanto sujeitos coletivos e, assim, contribuir através de sua ação-reflexão ao necessário fortalecimento da sociedade civil e das transformações requeridas” (p. 73).

A escolha pela metodologia da educação popular está fundamentada em princípios filosóficos e sociológicos da pedagogia freireana: a) homens e mulheres são seres de saberes - frente ao conhecimento somos todas/os iguais; b) homens e mulheres são seres de relação - nascemos incompletas/os, completamo-nos na relação com a/o outra/o; c) mudamos o mundo e somos mudados por ele - como sujeitos, mudamos o mundo e, ao intervir nele, mudamos também; d) mudar é difícil, mas é possível.

Com base nestes princípios, destacamos alguns elementos fundamentais na obra de Paulo Freire que norteiam o debate e a escolha metodológica de um curso: o diálogo, a politicidade, a utopia e o inacabamento. A separação desses elementos em tópicos distintos é apenas para efeito didático, pois se interpenetram e não é possível trabalhar sem a articulação entre eles.

Além dos princípios acima citados, alguns pressupostos são considerados na escolha da metodologia de um curso. Para que ela seja coerente com a sua identidade e com os objetivos que se pretende alcançar, deve ser uma metodologia que considere a dialética entre teoria e prática e métodos que tomem em conta o seu caráter ecumênico, tenha a perspectiva da educação popular, tome a experiência dos participantes como ponto de partida para a reflexão de qualquer conteúdo a ser trabalhado, somando-se a ele e criando novos significados. Deve também tomar em conta a visão global dos sujeitos envolvidos, integrando também *corpo x razão*, com o propósito de construir conhecimentos significativos e, ao mesmo tempo, de forma prazerosa, além de ter uma linguagem acessível ao nível cultural de seus/suas participantes.

Diante da realidade, com todos os desafios que se se apresentam para a vida dos mais pobres, as pastorais e movimentos sociais tem o compromisso de participar dos processos de mudança, seja a partir das ações diretas, quando é o caso, mas também a partir da formação de pessoas para realizarem este trabalho.

Entendemos que a luta pela transformação social deve se dar em dois âmbitos:

1. Mais amplo: com o intuito de viabilizar um projeto nacional de educação na perspectiva libertadora;
2. Mais específico: de acordo com as necessidades e características de cada pastoral e/ou movimento social em cada região onde atuam as lideranças.

¹ Texto produzido em 2018 para os cursos latino-americanos do CESEEP.

² Mestre e Doutora em Educação pela PUC-SP, Supervisora Escolar aposentada em 2016. Atualmente trabalha no CESEEP como Coordenadora Pedagógica.

Esta luta pressupõe a compreensão do contexto geral e de onde desenvolvemos o nosso trabalho, sabendo que:

1. Não há neutralidade da educação – é preciso “escolher o lado”, posicionar-se a favor do quê e de quem e contra o quê e contra quem lutamos;

2. Não há mudança sem a participação dos sujeitos envolvidos naquilo que se pretende mudar;

Com esta certeza, propomos que nesta tarefa de formação, tenhamos em conta algumas orientações e que estas estejam em consonância com os princípios da Educação Popular:

a) educar para a liberdade: com autonomia e de forma a oferecer às pessoas instrumentos para fazerem escolhas em suas vidas. Sair dos modelos educacionais fechados e abrir-se para modelos mais abertos que considerem o ser humano como sujeito de aprendizagens.

b) educar para um mundo de direitos garantidos: água, alimento, moradia, saúde, transporte, lazer etc. Não há possibilidade de mudança sem participação social.

c) educar para a solidariedade: em contraposição à hegemonia de uma educação para a individualidade, a competição e aos modos mercadológicos impostos pela grande mídia. Há experiências positivas com quem podemos aprender. Experiência de partilha na sociedade, nas igrejas e movimentos e também na educação formal e não formal.

d) educar para o respeito ao diferente: reconhecer horizontalmente as pessoas com etnia, religião, gênero e orientação sexual diferente das nossas. Vivemos momentos de explicitação de horrores em relação às diferenças.

e) educar para a sustentabilidade: não dá para dissociar humanidade e natureza. Existem experiências de sustentabilidade, com preservação da natureza (no campo) e de formas de tratar os resíduos sólidos (na cidade) de modo a não destruir e não poluir o planeta.

f) educar para o compromisso social: não nascemos só pra comer, beber, trabalhar para o sustento, precisamos avançar no compromisso com as lutas sociais.

g) educar para ser feliz: ser feliz mas compreendendo que a nossa felicidade não pode ser apenas individual, mas deve incluir o plano de felicidade para todos.

Finalizando esta reflexão, cabe lembrar que sua participação neste trabalho formativo é fundamental e que, SEM VOCÊ, não haverá mudança social!

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 38.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30.ed. Paz e Terra, 2004.

POSSANI, L.F.P. e SANCHEZ, W.L. Formação ecumênica e popular e feita em mutirão. Curso de Verão 25 anos. São Paulo: Paulus Editora, 2011.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Educação popular: metamorfose e veredas. São Paulo: Cortez Editora, 2010.